

ESTUDO DOS RESULTADOS E PENALIDADES ATRIBUÍDAS AOS PROCESSOS ÉTICOS INSTAURADOS NO CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DA PARAÍBA-BRASIL DURANTE O PERÍODO DE 1981 – 2010

Mara Ilka Holanda Medeiros de Lucena (*)

Anderson Candeia da Silva Júnior (**)

Evelyne Pessoa Soriano (***)

Bianca de Oliveira Tôrres (****)

Fecha de publicación: 01/07/2013

**STUDY RESULTS OF PROCEDURES AND PENALTIES AWARDED IN ETHICAL
INSTITUTED REGIONAL COUNCIL OF DENTISTRY IN PARAÍBA-BRAZIL
DURING THE PERIOD 1981-2010**

RESUMO

Em decorrência dos processos éticos serem cercados de sigilo, os cirurgiões-dentistas tem pouco conhecimento sobre os problemas que neles ocorrem e seus resultados. O objetivo deste estudo foi conhecer os resultados e penalidades atribuídas aos processos éticos instaurados no Conselho Regional de Odontologia da Paraíba (CRO/PB), durante o período de 1981 a 2010, bem como verificar se houve crescimento no número de denúncias realizadas ao longo desses anos, avaliar a quantidade de penas aplicadas comparadas às queixas registradas e observar algumas penalidades impostas em relação às suas infrações. Para

(*) Cirurgiã-dentista, aluna do Mestrado em Perícias Forenses na Faculdade de Odontologia da Universidade de Pernambuco (FOP-UPE), Camaragibe, PE (BRASIL).
marailka@hotmail.com

(**) Cirurgião-dentista, Especialista em Odontologia Legal (COESP), João Pessoa, PB (BRASIL).

(***) Professora do Mestrado em Perícias Forenses na Faculdade de Odontologia da Universidade de Pernambuco (FOP-UPE), Camaragibe, PE (BRASIL).

(****) Professora de Odontologia Legal do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), João Pessoa, PB.

isso, as informações foram colhidas junto à Comissão de Ética do CRO/PB, através de tabelas arquivadas em computador, as quais continham o ano de registro da denúncia, o número do processo, o tipo de infração e o seu resultado final, totalizando 319 (trezentos e dezenove) processos éticos no período pesquisado. Os dados foram analisados através de técnicas estatísticas para análise descritiva (frequência e porcentagem). Constatou-se que o número de processos instaurados durante o período em estudo se deu de forma irregular e que as penalidades aplicadas, em comparação ao total de denúncias protocoladas, foram baixas, mas que, em relação à quantidade de processos julgados, podem ser consideradas relativamente altas. Além disso, houve uma única cassação do exercício profissional ao longo de quase três décadas e a advertência confidencial, em aviso reservado, foi a penalidade mais aplicada, considerando a quantidade de penas impostas não mencionadas.

Palavras-chave: Ética profissional. Odontologia legal. Legislação & jurisprudência.

ABSTRACT

Because of ethical processes are surrounded by secrecy, the dentists have little knowledge about the problems that occur in them and their results. The aim of this study was to understand the results and penalties allocated to ethical procedures instituted in the Regional Council of Dentistry, Paraíba (CRO / PB) during the period from 1981 to 2010 and see if there was growth in the number of complaints made along these years, assess the amount of penalties imposed compared to complaints registered and observe some penalties in relation to their infractions. For this, information was collected by the Ethics Committee of the CRO / CP, via tables stored in the computer, which contained the year of registration of the complaint, the case number, type of offense and the final outcome, totaling 319 (three hundred and nineteen) ethical processes in the period surveyed. Data were analyzed using descriptive statistical techniques for analysis (frequency and percentage). It was found that the number of processes initiated during the study took place in an irregular manner and that the penalties applied compared to the total complaints filed were low, but, relative to the amount of trial processes may be considered relatively high. In addition, there was a single forfeiture of professional practice over nearly three decades and confidential warning, warning booked in, the penalty was more applied, considering the amount of penalties imposed not mentioned.

Keywords: Professional ethics. Forensic dentistry. Legislation & jurisprudence.

INTRODUÇÃO

Falar sobre ética é lembrar os antigos ensinamentos de uma época em que o homem começou a conviver em sociedade e, a partir dessa experiência, passou a estabelecer normas de comportamento e convívio, cujos valores até hoje permanecem ou vão se modificando, sendo questionados e até mesmo banalizados ou esquecidos¹.

No âmbito profissional, principalmente em face dos acirrados índices de concorrência, as discussões acerca da ética também possuem relevante espaço para reflexões e ponderações². Dessa forma, de acordo com Oliveira et al. (2011)³, essa acirrada concorrência, juntamente com a excessiva tecnificação do trabalho e a falta de formação de profissionais humanistas e pautados em princípios éticos, entre outras questões, vem trazendo dificuldades aos profissionais da Odontologia em lidar com problemas éticos. Na prática odontológica, estes vêm ocorrendo rotineiramente, podendo envolver aspectos referentes ao paciente, à organização dos serviços de saúde, ao relacionamento com os colegas e com a sociedade como um todo.

Na Odontologia, a preocupação com princípios éticos norteadores da profissão é anterior até mesmo à criação dos Conselhos Federal e Regionais e a própria Lei que regulamenta a profissão. O primeiro Código de Ética Odontológica foi aprovado pela União Odontológica Brasileira, predecessora da Associação Brasileira de Odontologia (ABO), no VI Congresso Brasileiro de Odontologia, em Fortaleza, Estado do Ceará, em 1957, mas, devido à inexistência de um órgão autorizado para exercer a fiscalização da atuação dos profissionais da área, tal Código não passava de uma espécie de “acordo de cavalheiros”. Apenas em 1971, com o advento da Resolução CFO nº 59/71, de 14 de abril do citado ano, surgiu o primeiro Código de Ética Odontológica devidamente aprovado pelo órgão fiscalizador da profissão⁴.

O Código de Ética Odontológica vigente, por sua vez, busca evidenciar a natureza ética do trabalho e assegurar valores relevantes para a sociedade e para as práticas desenvolvidas dentro de um padrão de conduta reconhecido. Assim, evita-se que se cometam atos aéticos que poderão resultar em futuros prejuízos para o profissional e paciente, tendo capacidade, inclusive, de punir seus infratores⁵. É importante ainda ressaltar que, conforme o seu Art. 43, a alegação de ignorância dos preceitos no referido Código ou a sua má compreensão não exime de penalidade o infrator.

Diante do exposto, considerando o Art. 2º da Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, o qual descreve a finalidade da supervisão da ética profissional em toda a República por parte dos Conselhos, bem como a alínea c do Art. 11, da mesma Lei, a qual afirma a competência do Conselho Regional em deliberar sobre assuntos atinentes à ética profissional, impondo aos seus infratores as devidas penalidades, é de suma importância para classe odontológica conhecer os resultados e penalidades atribuídas aos processos éticos instaurados no Conselho Regional de Odontologia da Paraíba (CRO/PB), durante o período de 1981 a 2010, como forma de abranger seu leque de entendimento em relação ao Conselho que se encontra inscrito.

REVISÃO DA LITERATURA

O estudo da ética provavelmente tenha se iniciado com filósofos gregos há 25 séculos, sendo que, atualmente, seu campo de atuação ultrapassa os limites da filosofia e inúmeros outros pesquisadores do conhecimento dedicam-se ao seu estudo⁶.

Na história da humanidade, sob o ponto de vista científico e tecnológico, novas descobertas foram acontecendo numa velocidade que diminuiu o tempo natural que as sociedades dispunham para que os conflitos fossem lentamente analisados e amadurecidos. Problemas para os quais se contava com anos, décadas ou séculos para serem resolvidos, sob o prisma ético, começaram a ser atropelados diariamente, a partir da rapidez com que a ciência passou a criar e divulgar novos feitos⁷.

De certa forma, pode-se considerar benéfica a evolução tecnológica visível na atualidade, no entanto, antigos conceitos de relacionamento e bem-estar estão sendo esquecidos nos ambientes de trabalho, e isso vem se refletindo no alto nível de insatisfação por parte dos usuários de serviços. A evolução da ciência e do cientificismo é um dever do homem lúcido, mas a supervalorização implica em capitulações graves em relação à atitude humanista, posto que os avanços científicos e tecnológicos nas últimas décadas vêm ocorrendo desnudos de qualquer reflexão ética⁸.

Durante a leitura do Código Deontológico, percebe-se que a ética na profissão odontológica é a responsável pela formulação das normas presentes no mesmo e que esta, por relacionar seres humanos, enquanto pessoas, é chamada de Bioética e fundamenta as relações pessoais e profissionais. Devido à importância dos valores e princípios bioéticos (autonomia, beneficência, não-maleficência e justiça), estes deveriam estar presentes no Código de Ética Odontológica de forma explícita e não estarem dependentes da interpretação do leitor⁷.

Lucas (1999)⁹ efetuou um levantamento dos processos instaurados no período de 1991 a 1995 no Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais (CRO/MG), com o propósito de esclarecer o que vem a ser ética e os cuidados que o profissional deve ter para não infringir este princípio. A autora analisou 113 processos no período em estudo e constatou que queixas de tratamento apresentadas pelo paciente foi a infração ética mais encontrada, perfazendo 55% dos processos instaurados. Em seguida, com 22% das denúncias protocoladas, apresentou-se a publicidade irregular. O uso do nome de colega sem autorização foi a infração menos encontrada, alcançando apenas 1% dos processos instaurados. Examinando o resultado dos processos éticos concluídos, a autora verificou que, no período em questão, houve 37% de condenações, 35% de absolvições, 15% de acordos e 13% de arquivamento. A pesquisadora concluiu fazendo considerações finais dentro das normas éticas da época, conforme o Código de Ética Odontológica no período em estudo, abordando assuntos em relação ao mercado de trabalho do profissional, ao tratamento realizado, à crítica ao trabalho de colega e à inscrição no Conselho da classe.

Oliveira et al. (2011)³ executaram um estudo com o objetivo de investigar, junto ao Conselho Regional de Odontologia de São Paulo (CRO/SP), o número de denúncias ocorridas no período de 2004 a 2009 e verificar a distribuição destas por especialidade odontológica. Tais informações foram obtidas através da Comissão de Ética do CRO/SP a respeito da quantidade e porcentagem de denúncias por especialidades protocoladas nesta instituição, durante o citado período, considerando os tratamentos realizados e ressaltando que nem todas as denúncias deram origem a ações éticas. Como resultados, os autores observaram que o número de denúncias teve uma diminuição entre 2004 e 2007, porém em 2008 e 2009 voltou a subir, com exceção da Ortodontia que apresentou um decréscimo no número de denúncias, enquanto a Prótese e a Implantodontia foram as especialidades que apresentaram um maior aumento de reclamações. Eles concluíram que a redução das denúncias éticas na especialidade da Ortodontia, deve-se a esta trabalhar com documentação mais completa e minuciosa, fazendo, desta forma, que o paciente esteja mais bem informado a respeito do tipo de tratamento realizado (custos, limitações, vantagens e desvantagens), diminuindo seu grau de insatisfação no caso de algum imprevisto. Os autores também ressaltam que é relevante que o profissional atualize seus conhecimentos técnicos, documentando-se adequadamente e mantendo um bom relacionamento com o seu paciente, cuja finalidade é evitar processos judiciais.

Garcia e Caetano (2008)² realizaram um levantamento com a intenção de caracterizar as infrações éticas praticadas por cirurgiões-dentistas no exercício da Odontologia a partir da análise de 154 processos

éticos instaurados e julgados no Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina (CRO/SC), no período de 1994 a 2006. Os resultados, de maneira geral, demonstraram que, segundo a origem das infrações, a publicidade irregular e o acobertamento do exercício ilegal e irregular da profissão aparecem com percentual elevado. Quanto ao gênero dos infratores, o sexo masculino se sobressai ao feminino. Com relação às mesorregiões, observou-se que a Grande Florianópolis e o Vale do Itajaí apresentaram o maior número de infratores. No referente ao ano de graduação dos infratores, verificou-se que no período compreendido de 1977 a 1986, concentrou-se o maior número de infratores. Quanto aos processos éticos instaurados e julgados, a decisão de absolvição e a penalidade de advertência confidencial em aviso reservado foram as mais aplicadas. Os autores concluíram que o resgate dos valores éticos, sociais e humanos no campo profissional, apesar de ser um processo lento, podem ser conquistados quando praticados passo a passo, todos os dias. Além disso, para os autores, no Brasil o ensino da ética como disciplina acadêmica ainda é caracterizado por uma visão marcadamente deontológica, o que não é suficiente para atender as necessidades de formação do profissional na atualidade.

Oliveira (2006)¹⁰, em trabalho abordando a ética profissional e analisando o conhecimento de cirurgiões-dentistas e discentes em Odontologia sobre tal assunto, dividiu sua amostra em três grupos: acadêmicos do último ano de graduação em Odontologia (Grupo 1), cirurgiões-dentistas que atuam exclusivamente em consultórios ou clínicas (Grupo 2) e cirurgiões-dentistas clínicos que cursam especialização (Grupo 3). Foram aplicados 150 questionários, sendo 50 para cada Grupo, com questões objetivas que versavam sobre alguns dos principais artigos do Código de Ética Odontológica, cujo intuito era verificar o nível de conhecimento de cada grupo. Os resultados confirmaram que realmente existe deficiência no conhecimento de alguns aspectos éticos ligados a profissão, pois, do total dos participantes, 60% não sabiam que, além do cirurgião-dentista, os profissionais de outras categorias auxiliares reconhecidas pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO), também devem seguir as normas éticas do Código de Ética Odontológica. Outro resultado interessante mostra que 31% dos participantes desconheciam que, em alguns casos, o cirurgião-dentista tem direito a renunciar ao atendimento do paciente durante o tratamento. O Grupo 2, quando comparado com os outros Grupos, foi o que demonstrou uma maior deficiência no conhecimento das questões éticas que envolvem a Odontologia. O autor concluiu que é necessário uma maior divulgação do Código de Ética Odontológica, principalmente àqueles profissionais exclusivamente clínicos, com empenho máximo dos Conselhos de

Odontologia, além dos docentes da área e as entidades de classe, buscando preventivamente educar e instruir, evitando condenações e punições.

Conforme o Art. 1º do Código de Ética Odontológica atual, todos os profissionais reconhecidos pelo CFO devem seguir as suas normas éticas. Em seu Art. 2º é elucidado que a Odontologia é uma profissão que deve ser exercida em benefício da saúde individual e coletiva, sem discriminação. Para Silva et al. (2001), o Código de Ética Odontológica é um instrumento orientador e disciplinador da classe odontológica brasileira que se encontra adaptado às normas legais relativas as atividades profissionais.

Contudo, para Pozza et al. (2003)⁷, apesar do Código de Ética Odontológica ser uma ferramenta de extrema importância, pois rege a profissão e precisa ter credibilidade perante os profissionais da área, este pode representar apenas o ponto de vista de uma parcela da Odontologia, privilegiando somente uma parte dos cirurgiões-dentistas.

Sales-Peres et al. (2004)¹¹ buscaram fazer uma reflexão sobre os principais tópicos presentes na última edição do Código de Ética Odontológica, aprovado pela Resolução CFO nº 42, de 20 de maio de 2003, relacionando-o com o dia-a-dia da clínica odontológica, propiciando ao profissional um correto entendimento de tal código deontológico. Para os autores, frente a obrigatoriedade do conhecimento do Código de Ética Odontológica, torna-se importante a discussão de tal normativa, a fim de possibilitar uma importante melhoria do exercício profissional. Consideraram que o mencionado Código apresenta avanço na regulamentação e orientação dos profissionais com relação à conduta frente aos colegas e nas questões éticas na relação com o paciente. Ainda é salientada a correlação deste Código com outras regulamentações as quais estamos também sujeitos, como o Código Civil (2002), o Código de Proteção e Defesa do Consumidor (1990), o Código Penal (1940) e o Código de Processo Civil (1973), que podem servir de instrumento na fase probatória de um eventual processo.

METODOLOGIA

Para a execução deste trabalho nas dependências do Conselho Regional de Odontologia da Paraíba (CRO/PB) junto a sua Comissão de Ética e também para efeito de registro no órgão representante da classe, foi emitido, através do seu Presidente em exercício, uma Autorização de Acesso a Arquivo corroborando com a realização do estudo.

A pesquisa foi realizada após parecer favorável do Comitê de Ética e Pesquisa das Faculdades Integradas de Patos-PB (FIP), considerando todos os preceitos da Resolução Nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) no que concerne à ética em pesquisa envolvendo seres humanos.

As informações foram obtidas através de tabelas arquivadas no computador da referida Comissão de Ética do Conselho, as quais continham o ano de registro da denúncia, o número do processo, o tipo de infração e o seu resultado final, totalizando 319 (trezentos e dezenove) processos éticos entre os anos de 1981 a 2010. Ressalta-se que não houve acesso direto aos processos por parte do pesquisador, cujas tabelas foram impressas por funcionários da Comissão e entregues ao autor do estudo para a realização da coleta dos dados, os quais foram recolhidos manualmente pelo pesquisador, utilizando caneta e papel comuns, sendo, posteriormente, repassados para o seu computador particular para o desdobramento do trabalho, haja vista que, devido ao sigilo que cerca os processos, não foi permitido que tais impressões fossem levadas para fora do Conselho. Sendo assim, como critério de elegibilidade, todos os processos éticos instaurados de 1981 a 2010 foram inclusos na pesquisa, não sendo excluído nenhum processo.

Tratou-se, portanto, de um estudo do tipo transversal e retrospectivo, cujos dados foram analisados através de técnicas estatísticas para análise descritiva (frequência e porcentagem).

RESULTADOS

O levantamento acerca dos resultados dos 319 processos éticos instaurados no CRO/PB, durante os anos de 1981 a 2010 são apresentados conforme tabelas a seguir. Salienta-se que não houve registro de processos nos anos ausentes.

TABELA I - Situação ou resultado dos processos éticos instaurados no CRO/PB entre 1981 e 2010

ANO	SITUAÇÃO OU RESULTADO							TOTAL	%
	IMPROCEDENTE	ABSOLUÇÃO	ARQUIVAMENTO	CONCILIAÇÃO	CONDENAÇÃO	EM ANDAMENTO	OUTROS		
1981	-	-	01	-	-	-	-	01	0,31
1982	-	-	-	-	01	-	-	01	0,31
1985	-	-	01	-	-	-	-	01	0,31
1993	01	-	01	-	01	-	-	03	0,94

1995	03	-	-	-	-	-	-	03	0,94
1996	01	01	-	45	03	-	01	51	15,99
1997	03	-	19	38	02	01	-	63	19,75
1998	-	-	02	11	01	-	-	14	4,39
1999	02	-	-	03	01	-	-	06	1,88
2000	-	03	07	36	02	-	-	48	15,05
2001	02	-	04	15	06	-	-	27	8,46
2002	01	01	01	06	01	-	-	10	3,14
2003	-	01	06	02	-	-	-	09	2,82
2004	-	-	04	02	01	-	-	07	2,19
2005	-	-	02	08	02	-	-	12	3,76
2006	-	-	08	-	-	-	-	08	2,51
2007	-	-	06	04	-	-	-	10	3,14
2008	-	01	04	04	05	-	-	14	4,39
2009	-	-	07	11	01	02	-	21	6,58
2010	-	-	-	-	-	10	-	10	3,14
TOTAL	13	07	73	185	27	13	01	319	100
%	4,08	2,19	22,89	57,99	8,46	4,08	0,31	100	

TABELA II - Situação ou resultado dos processos éticos instaurados e julgados no CRO/PB entre 1981 e 2010

ANO	SITUAÇÃO OU RESULTADO		TOTAL
	ABSOLVIÇÃO	CONDENAÇÃO	
1982	-	01	01
1993	-	01	01
1996	01	03	04
1997	-	02	02
1998	-	01	01
1999	-	01	01
2000	03	02	05
2001	-	06	06
2002	01	01	02
2003	01	-	01

2004	-	01	01
2005	-	02	02
2008	01	05	06
2009	-	01	01
TOTAL	07	27	34
%	20,59	79,41	100

TABELA III - Penalidade aplicada (conforme Art. 40 do Código de Ética Odontológica) em relação ao total de processos éticos instaurados no CRO/PB entre 1981 e 2010

ANO	CONDENAÇÃO						Total de penalidades	Total de processos éticos	%
	I. Advertência confidencial, em aviso reservado;	II. Censura confidencial, em aviso reservado;	III. Censura pública, em publicação oficial;	IV. Suspensão do exercício profissional até 30 (trinta) dias;	V. Cassação do exercício profissional ad referendum do Conselho Federal;	Pena não mencionada			
1981	-	-	-	-	-	-	-	01	-
1982	-	-	01	-	-	-	01	01	100,00
1985	-	-	-	-	-	-	-	01	-
1993	-	01	-	-	-	-	01	03	33,33
1995	-	-	-	-	-	-	-	03	-
1996	01	01	-	01	-	-	03	51	5,88
1997	-	-	01	-	01	-	02	63	3,17
1998	01	-	-	-	-	-	01	14	7,14
1999	-	-	-	01	-	-	01	06	16,67
2000	02	-	-	-	-	-	02	48	4,17
2001	01	01	04	-	-	-	06	27	22,22
2002	-	01	-	-	-	-	01	10	10,00
2003	-	-	-	-	-	-	-	09	-
2004	01	-	-	-	-	-	01	07	14,29

2005	02	-	-	-	-	-	02	12	16,67
2006	-	-	-	-	-	-	-	08	-
2007	-	-	-	-	-	-	-	10	-
2008	-	-	01	-	-	04	05	14	35,71
2009	-	-	-	-	-	01	01	21	4,76
2010	-	-	-	-	-	-	-	10	-
TOTAL	08	04	07	02	01	05	27	319	8,46
%	29,63	14,82	25,91	7,41	3,71	18,52	100		

TABELA IV - Penalidade aplicada (conforme Art. 40 do Código de Ética Odontológica) em relação as infrações registradas de processos éticos instaurados no CRO/PB entre 1981 e 2010

		CONDENAÇÃO					
INFRAÇÕES REGISTRADAS		I. Advertência confidencial, em aviso reservado;	II. Censura confidencial, em aviso reservado;	III. Censura pública, em publicação oficial;	IV. Suspensão do exercício profissional até 30 (trinta) dias;	V. Cassação do exercício profissional ad referendum do Conselho Federal;	Pena não mencionada
	Denúncia de terceiros	04	02	01			02
	Anúncio indevido de clínica e especialidade	01					
	Anúncio indevido de clínica		01				
	Anúncio indevido de especialidade	01					
	Clínica sem registro no CRO/PB e anúncio indevido			01			
	TPD com publicidade indevida e exercendo ilegalmente a profissão			04		01	

TPD com publicidade indevida e APD sem inscrição				01		
Anúncio indevido de clínica + acobertamento de exercício ilegal da profissão	01					
Acobertamento de exercício ilegal da profissão				01		02
Publicidade indevida e laboratório sem inscrição no CRO/PB	01					
Laboratório sem inscrição no CRO/PB		01				
Publicidade indevida						01
Infração não mencionada			01			
TOTAL	08	04	07	02	01	05

DISCUSSÃO

As denúncias contra cirurgiões-dentistas são geralmente iniciadas pela precária relação entre profissional e paciente, seja por complicações que surgem no decorrer do tratamento e/ou por resultados insatisfatórios, porém, deve-se destacar, que a quantidade de denúncias não mostra se o profissional está agindo de maneira correta ou não³.

Atualmente há um grande número de profissionais inscritos no Conselho Regional de Odontologia da Paraíba (CRO/PB) e atuando no Estado, totalizando 3.244 cirurgiões-dentistas, conforme dados arquivados pelo próprio Conselho da classe em outubro de 2011, alcançando uma relação de 1.157,10 habitantes/profissional. Esta proporção demonstra bem a elevação quantitativa de profissionais, tendo em vista que, em 1981, Pinto (1983), realizou um trabalho onde se encontrou uma relação aproximada de 1.814 habitantes/profissional no Brasil.

Segundo Oliveira et al. (2011)³, no Brasil o crescimento proporcional de cirurgiões-dentistas por ano é maior, inclusive, que o próprio crescimento populacional, sendo, respectivamente, 5,7% contra 1,6%. Tal propagação se deve, também, ao aumento do número de faculdades de Odontologia no país. Na Paraíba, por exemplo, a qual existia apenas 02 (duas) faculdades em 1981, triplicaram em 2010. Juntam-se a isso, a grande quantidade de transferências realizadas nos últimos anos de cirurgiões-dentistas vindos de outras regiões também já saturadas de profissionais.

Esses dados denotam o aumento da competitividade no Estado, cuja concorrência mais acirrada leva o cirurgião-dentista a desconsiderar a dimensão ética da prática profissional, desrespeitando as normas do Código de Ética Odontológica. Considerando também o acesso à informação proporcionado pelo crescimento e expansão da tecnologia que, conseqüentemente, tem tornado os pacientes mais bem esclarecidos dos seus direitos, os resultados encontrados neste levantamento evidenciam que o número de denúncias registradas no referido Conselho, ao contrário do que se pensou, ocorreram de forma irregular durante os anos de 1981 a 2010.

Acredita-se também que um dos motivos para tal instabilidade e o não aumento do número de processos instaurados no período em estudo, seja a própria mudança de direção do Conselho, onde, enquanto algumas administrações direcionavam maiores esforços na aplicação do código deontológico da profissão, outras voltam seus trabalhos para atividades diferentes.

Um outro fator recai sobre a descoberta de muitos pacientes prejudicados que a infração julgada no Conselho não lhes proporcionam o ressarcimento desejado, recorrendo assim para a justiça comum.

Também se pode levar em conta, como mais um elemento causador da inconstância do número de processos instaurados ao longo dos anos, a política partidária exercida em algumas localidades, haja vista o grande número de profissionais atuando no setor público, principalmente após a Portaria nº 1.444 de 28 de dezembro de 2000, que cria o incentivo financeiro para a reorganização da atenção à Saúde Bucal prestada por meio da Estratégia Saúde da Família e a Portaria nº 267 de 06 de março de 2001, que regulamenta a Portaria anterior. Dessa forma, ao observar a existência de algum comportamento aético, o paciente acaba quase sempre procurando a própria gestão para “registrar” alguma reclamação a respeito do profissional. Este, por sua vez, não oficializa queixas ao Conselho temendo represálias da administração e a perda do emprego.

Podemos, ainda, considerar como mais um fator da não regularidade e crescimento de infrações registradas junto ao CRO/PB no período em estudo, a mudança nas grades curriculares dos cursos de Odontologia com uma maior ênfase no ensino dos valores éticos e bioéticos quando comparado a grades antigas, embora tal modo de ensino, no Brasil, seja reprovado por Garcia e Caetano (2008)², para quem o ensino da ética como disciplina acadêmica não é suficiente para atender as necessidades de formação do profissional da atualidade, pois ainda é caracterizado por uma visão marcadamente deontológica e não como uma construção consciente, lenta, praticada passo a passo, todos os dias.

Conforme o Capítulo V do Código de Processo Ético Odontológico, aprovado pela Resolução CFO nº 59, de 21 de setembro de 2004, que trata da instrução do processo ético, em seu Art. 14 relata que, na audiência de conciliação e instrução, será, preliminarmente, tentada a conciliação. Fato este que pode ser comprovado pela grande parte de conciliações realizadas pela Comissão de Ética ou Câmaras de Instrução do CRO/PB, num total de 185 conciliações, perfazendo 57,99% dos 319 processos instaurados no período verificado. Sendo assim, ainda de acordo com o mesmo Artigo, em seu §1º, havendo a conciliação, a Comissão de Ética ou a Câmara de Instrução lavrará o termo competente e encaminhará o processo ao Presidente do Conselho para arquivamento.

Outro resultado que merece atenção é a quantidade de processos arquivados, os quais foram aqueles que, conforme o §8º, Art. 14, do Código de Processo Ético Odontológico, não houve o comparecimento do denunciante ou de seus representantes à audiência de conciliação e instrução, cabendo a Comissão de Ética ou a Câmara de Instrução, o arquivamento da denúncia. Também foram incluídos nessa situação aqueles processos que, segundo o Art. 56 do Capítulo VIII do mesmo Código Processual, em que se trata das disposições finais, foram prescritos e, conseqüentemente, arquivados. Ao todo foram 73 processos arquivados, sendo 22,89% dos 319 em estudo.

De todas as denúncias protocoladas pelo Conselho durante o período em estudo, apenas 27 (8,46%) receberam as penalidades previstas no Art. 40 do Código de Ética Odontológica e Art. 18 da Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964. Dos processos julgados, cujo resultado é de absolvição ou de condenação, tal número representa 79,41%, sendo considerado relativamente alto quando comparado ao trabalho de Garcia e Caetano (2008)², em que 62,3% dos processos analisados, num total de 154 processos éticos instaurados e julgados entre 1994 e 2006, no Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina (CRO/SC), tiveram as penas aplicadas, o que não deve se dar muita relevância, pois, além das situações e circunstâncias serem diferentes, nem toda denúncia registrada deve ser considerada uma infração passível de punição. Além disso, para Pozza et al. (2003)⁷, o Código de Ética Odontológica pode apresentar diversas interpretações, estando estas na dependência dos valores de quem o está examinando.

Ainda, conforme Slepetyts (2011)¹², a ética depende do espaço e do tempo para ser entendida, e, mesmo estando nós no mesmo espaço e mesmo tempo, o que pode ser ético para uma pessoa pode ser antiético para outra, pois tudo depende dos valores éticos que cada pessoa tem, os quais podem vir do berço, do meio ou, enfim, da formação do caráter da pessoa.

Embora o Código de Processo Ético Odontológico, em seu Art. 58, descreva que todos os processos éticos deverão ser concluídos nos Conselhos Regionais em 12 (doze) meses, no máximo, encontrou-se 13 (4,08%) dos processos estudados em andamento. Acredita-se que houve a necessidade de um maior prazo para sua execução, cuja prorrogação é assegurada pelo §1º do citado artigo do referido Código Processual.

Outras 13 (4,08%) denúncias foram consideradas improcedentes, considerando o §2º do Art. 10 do Código de Processo Ético Odontológico. Já 07 (2,19%) tiveram o infrator absolvido, por não ser constatado desrespeito às normas éticas legais, enquanto 01 (0,31%) processo teve sua situação enquadrada em “outros”, devido ao falecimento do acusado.

Também foi observado no levantamento que apenas 01 (um) dos processos recebeu a pena imposta pelo inciso V do Art. 40 do Código de Ética Odontológica, isto é, a cassação do exercício da profissão, não se levando em conta os outros 05 (cinco) processos, cuja penalidade não foi mencionada. Tal condenação aconteceu por causa do desempenho de publicidade indevida e exercício ilegal da profissão realizado por um Técnico em Prótese Dentária (TPD). Ainda conforme o Art. 49, Capítulo XII do Código de Processo Ético Odontológico vigente, que trata da reabilitação do infrator, em seu inciso IV, afirma-se que a reabilitação deste profissional infrator será requerida ao Conselho, após o decurso de, pelo menos, 05 (cinco) anos.

Quando, como descrito anteriormente, a conciliação não é acordada, viu-se, neste estudo, que a pena mais branda, segundo o Art. 40 do Código de Ética Odontológica, bem como o Art. 18 da Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1954, ou seja, a advertência confidencial, em aviso reservado, como trata o inciso I, ainda foi a mais aplicada, sendo 08 (29,63%), num total de 27 condenações, também não se observando os outros 05 (cinco) processos, cuja penalidade não foi mencionada. Fato este equiparado ao levantamento realizado por Lucas (1999)⁹, no Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais (CRO/PB), considerando o período de 1991 a 1995, onde 46% das penalidades atribuídas também foram a advertência confidencial, em aviso reservado.

Desse modo, esta pesquisa teve como benefício o conhecimento da realidade quantitativa dos resultados e penalidades atribuídas aos processos éticos instaurados no CRO/PB, levando tais informações aos profissionais de Odontologia, principalmente àqueles que atuam no Estado da Paraíba, buscando maior aplicabilidade do Código de Ética odontológica por parte dos mesmos.

CONCLUSÕES

Embora se note a existência de uma ampla competitividade entre os cirurgiões-dentistas devido ao acelerado crescimento do número de profissionais postos no mercado, assim como, ao desenvolvimento da tecnologia e expansão das informações, o que torna o paciente mais bem instruído em relação aos seus direitos, não se observou aumento gradativo do número de denúncias protocoladas no Conselho Regional de Odontologia da Paraíba (CRO/PB), durante o período de 1981 a 2010, e sim a instauração irregular da quantidade de processos ao longo do citado período.

Apesar do número proporcionalmente alto de conciliações e baixo de condenações em relação ao total dos processos instaurados no período em estudo e, considerando as denúncias julgadas, cuja quantidade de penalidades passa a ser relativamente alta quando comparada a outros levantamentos realizados em Conselhos diferentes, não significa dizer que a Comissão de Ética ou a Câmara de Instrução do Conselho Regional de Odontologia da Paraíba (CRO/PB) seja mais “arbitrária” que as demais, isto porque há situações e circunstâncias diferentes e nem toda denúncia registrada deve ser considerada uma infração passível de punição e que o Código de Ética Odontológica pode apresentar diversas interpretações, estando estas na dependência dos valores de quem o está examinando.

Ao longo de quase três décadas, segundo o inciso V do Art. 40 do Código de Ética Odontológica, um único processo instaurado resultou na cassação do exercício profissional do infrator e, conforme o inciso I do referido Artigo e Código, a advertência confidencial, em aviso reservado, foi a punição mais aplicada, considerando que outros 05 (cinco) processos tiveram sua penalidade não mencionada.

REFERÊNCIAS

- 1 EGG, R. F. R. História da ética. **IESDE Brasil S. A.**, Curitiba, 2009.
- 2 GARCIA, S. J.; CAETANO, J. C. O Código de Ética Odontológica e suas infrações: um estudo sobre os processos ético-profissionais dos cirurgiões-dentistas do Estado de Santa Catarina. In.: **Odontol. Clín.-Cient.**, Recife, v. 7, n. 4, p. 307 – 313, out./dez. 2008.
- 3 OLIVEIRA, O. F. et al. Perfil das denúncias éticas realizadas ao Conselho Regional de Odontologia – uma reflexão. In.: **Rev Assoc Paul Cir Dent**, São Paulo, v. 65, n. 2, p. 142 – 144, mar./abr. 2011.

- 4 CAIXETA, F. C. T. A. Da responsabilidade civil do cirurgião-dentista. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, set. 2008.
- 5 SILVA, K. A. et al. Legislação e ética da relação dentista-paciente. In. **Pesq Bras Odontoped Clin Integ**, João Pessoa, v. 1, n. 3, p. 31 – 37, set./dez. 2001.
- 6 FERREIRA, D. R. et al. História da ética. Prof. **Dr. Mauro Maia Laruccia**, Campos Sales, Nov. 2000.
- 7 POZZA, D. H. et al. O Código de Ética da Odontologia brasileira atende às modernas questões da relação profissional-pacientes-comunidades em que vivem ou trabalham, no campo da Bioética? In.: **Revista da Faculdade de Odontologia da UFBA**, Salvador, v. 26, p. 32 – 37, jan./jun. 2003.
- 8 LIMA, E. N. A.; SOUZA, E. C. F. Percepção sobre ética e humanização na formação odontológica. In.: **RGO**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 231 – 238, abr./jun. 2010.
- 9 LUCAS, S. D. Ética e processos éticos. In.: **Revista do CROMG**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 54 – 59, jan./abr. 1999.
- 10 OLIVEIRA, F. T. **Ética profissional odontológica: análise do conhecimento de discentes e cirurgiões-dentistas, sobre o código deontológico da profissão**. 2006. 121p. Dissertação (Mestrado em Odontologia) – Faculdade de Odontologia de Bauru - USP, Bauru, 2006.
- 11 SALES-PERES, A. et al. O novo Código de Ética Odontológica e atuação clínica do cirurgião-dentista: uma reflexão crítica das alterações promovidas. In.: **Revista Odontológica de Araçatuba**, Araçatuba, v. 25, n. 2, p. 9 – 13, jul./dez. 2004.
- 12 SLEPETYS, E. Você está conseguindo dormir ultimamente? **Tigrão In 1 Shoot**, São Paulo, mar. 2011.
- 13 BRASIL. Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 abr. 1964.
- 14 BRASIL, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 set. 1990.
- 15 BRASIL. Portaria nº 1.444, de 28 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 dez. 2000.
- 16 BRASIL. Portaria nº 267, de 06 de março de 2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, 07 mar. 2001.